

“Pai nosso que estais nos Céus” Por que “Deus Pai” e não “Deusa Mãe”?

Summary

In this article the author asks why do we, according to the norm of Christian prayer, call God “Father” and not “Mother”. It is a clear fact that Christ never called God “Mother”. Why not? The author finds the response to this question in the characteristics proper to the First Divine Person on the one hand, and in the distinct symbolism of man and woman on the other. To grasp the value of this line of argumentation it is necessary to have a “symbolic-sacramental image” of the human being (J. Ratzinger). In the maternal traces of the image of God in the Old Testament we are dealing with a comparison between the tender love of God the Father with the particularly profound and intimate love of a mother for her little child. However, outside of this comparison it is not justified to call God “Mother”. Finally, the question of calling God “Father” or “Mother”, the question of calling Jesus “Son” or “Daughter” of God, and of calling him “Bridegroom” or “Bride” of His Church is a matter of fidelity to the God who revealed Himself and a matter of an essential transformation of the christian religion.

* * *

A oração do “Pai nosso” é a oração cristã por excelência, pois foi o próprio Jesus Cristo quem no-la ensinou. Quem é Aquele a quem Jesus nos ensinou a chamar de “Abba”, nosso “Papai”? Por que Jesus O chamou sempre de “Pai” e nunca de “Mãe”? E nós? Seguindo o ensinamento de Jesus, também nós O chamamos de “Pai”. Mas não será possível chamá-l’O, além de “Pai”, também de “Mãe”?

São perguntas muito atuais não apenas no nível da reflexão teológica – procurando uma certa compreensão dos dados da fé, buscando uma resposta aos porquês que tais dados podem suscitar em nós – mas também, e de um modo particular, no nível da vida e prática cristã. Com efeito, a partir de afirmações e reivindicações da teologia feminista ou do feminismo teológico, vem se introduzindo em certos lugares o costume de, até na própria liturgia da Igreja (mas não em conformidade com as normas da

mesma), chamar Deus não apenas de Pai, mas também de Mãe. O fato de dirigir-se a Deus como nossa “Mãe” muda algo na nossa concepção do Deus que Se nos revelou em Jesus Cristo, ou é apenas alguma mudança secundária que não altera a mensagem do Evangelho? Se começarmos a chamar a Deus de “Mãe”, ao Filho de Deus, de “Filha” de Deus, a Cristo, de “esposa” da Igreja, e a Igreja, de “esposo” de Cristo, não estaremos iniciando uma nova religião?¹

Para respondermos a tais perguntas, recordemos primeiro as *características próprias* que distinguem a Pessoa do Pai das outras duas pessoas divinas. Isto nos levará a refletir sobre o mistério da *geração* em Deus. Esta geração divina é modelo supremo da geração humana. Em base a esta reflexão sobre o mistério intratrinitário da geração, acrescentando uma reflexão sobre o simbolismo do sexo masculino e feminino na sua *distinção*, poderemos dar uma resposta à pergunta: por que “Deus Pai” e não “Deusa Mãe”?

Reflitamos, portanto, sobre a personalidade própria do Deus e “Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (Ef 1,3), que, segundo o ensinamento de Jesus, é também “nosso Pai nos Céus”.

I. A Pessoa de Deus Pai

Quem é Deus Pai? O que O *distingue* do Filho e do Espírito Santo? O que faz com que Ele seja o *Pai* e não o Filho nem o Espírito Santo?

1. Deus Pai: a primeira Pessoa divina, fonte e origem de toda a divindade

Na vida intradivina, no único e verdadeiro Deus, há uma ordem inconfundível e irreversível entre as três Pessoas, as quais, por isso mesmo, chamamos de “primeira”, “segunda” e “terceira” Pessoa divina. É uma característica pessoal do Pai ser a *primeira* Pessoa divina. Por quê?

Evidentemente, não é por Ele existir antes do Filho e do Espírito Santo, mas porque d’Ele procedem estas outras duas Pessoas divinas, enquanto

¹ Cf. o ensaio do escritor anglicano Clive Staples LEWIS: *Priestesses in the Church?*, em: IDEM, *God in the dock. Essays on Theology and Ethics*, Grand Rapids (Michigan) 1982, 234-239. “Se todas estas propostas um dia fossem realizadas, estaríamos com certeza no começo de uma religião diferente” (p. 237). Lewis escreveu este ensaio já no ano 1948.

Ele mesmo *não procede de ninguém*. Esta é a posição própria da Pessoa do Pai no mistério da vida divina. É isto que O distingue do Filho e do Espírito Santo. Só o Pai é a Pessoa divina que não procede, que não se origina de ninguém. Na própria divindade, na vida intradivina, o Pai é *origem*; é a origem das outras duas Pessoas divinas. Por isso é a *primeira* Pessoa divina; por isso é também chamado “fonte e origem de toda a divindade”.

O décimo primeiro Concílio de Toledo (ano 675) formulou um símbolo de fé que confessa da Pessoa do Pai o seguinte: “Confessamos que o Pai não é gerado nem criado, mas ingênito. Ele, com efeito, não se origina de ninguém; d’Ele recebeu o Filho o nascimento e o Espírito Santo a procedência. Ele é, pois, fonte e origem de toda a divindade” (DS 525). O Pai é “fonte e origem de *toda* a divindade”, porque além do Pai há só mais duas Pessoas divinas, e ambas procedem d’Ele. É próprio d’Ele ser “princípio sem princípio”, origem sem origem; origem que não tem origem em outrem.²

Esta característica exprime e nos faz conhecer uma propriedade pessoal do Pai. Não conheceríamos inteiramente, na medida do possível, a Pessoa do Pai se não considerássemos esta Sua propriedade pessoal: o *princípio sem princípio*, a Pessoa divina que *não procede* de nenhuma outra. Por isso há em Deus Trindade uma ordem inconfundível. As três Pessoas divinas *não podem ser substituídas* uma pela outra; a Sua posição não pode ser trocada. Aliás, deve ser assim, uma vez que, já no nível das pessoas criadas, o que caracteriza uma pessoa é precisamente

² Aliás, o Pai é assim também princípio de unidade da Santíssima Trindade. Há unidade onde existe alguma realidade única que serve de princípio unificador. Costumamos pensar que em Deus este princípio unificador é a essência, natureza ou substância divina, que é absolutamente uma só e mesma nas três Pessoas. Mas também o Pai é princípio unificador, enquanto d’Ele, que é *um só*, procedem não somente o Filho, mas também o Espírito Santo. Segundo uma expressão do Papa Dionísio (cerca do ano 260), é n’Ele que “a Trindade divina se reduz e recapitula como num vértice” (DS 112). Deus Pai é o princípio da ordem trinitária. Podemos fazer uma comparação entre Deus como o princípio de unidade de todas as criaturas e o Pai como princípio de unidade da Santíssima Trindade. A Santíssima Trindade, *um só* Deus, é o princípio da ordem do universo criado, porque as criaturas provêm d’Ele e retornam a Ele. As muitas criaturas formam *um único* universo criado, porque é *um só* o criador. Assim vale para o próprio Deus o seguinte: já que dentro da divindade devemos reconhecer uma *multiplicidade*, exatamente uma *trindade* ou três Pessoas distintas uma da outra, precisamos encontrar nesta trindade um *primeiro princípio*. Este primeiro princípio é o Pai.

ser *única e insubstituível*. Isto vale em grau supremo para a Pessoa divina, que é *modelo* supremo de toda e qualquer pessoa criada.

Resumindo: Deus Pai é a *primeira* Pessoa da Santíssima Trindade, *origem* não somente de todas as criaturas, mas de *duas Pessoas divinas*: do Filho e do Espírito Santo. Deste modo, Ele é “fonte e origem de toda a divindade”. É *característica própria* do Pai *não proceder de ninguém*, ser princípio sem princípio (ser “ingênito”).

2. “Pai” por gerar um Filho

Por que chamamos esta Pessoa divina de “Pai”? Para responder a esta pergunta, perguntemos primeiro o que significa o nome “pai”. Quando chamamos alguém de “pai” dizemos que ele tem um filho, que ele é, *por geração, origem* de outra pessoa. Assim, na divindade, a Pessoa que é a fonte e origem de outra Pessoa divina, é chamada “Pai”, e a Pessoa gerada é chamada “Filho”.

Mas Deus Pai é também origem da Pessoa do Espírito Santo. Porém, o Pai não é Pai por ter dado origem ao Espírito Santo. Ele é Pai *pela geração do Filho*, isto é, pela relação de *paternidade* para com o Filho, a segunda Pessoa divina. O Espírito Santo não é “Filho” do Pai; Ele não procede do Pai por “geração”. Certamente, nisto há um mistério para nós, pois a única maneira de uma pessoa originar-se de outra, que nós conhecemos, é a *geração*. Portanto, o Pai eterno é *duplamente* fecundo e, no entanto, a fecundidade cujo fruto é o Espírito Santo, *não* é a fecundidade da *geração*; o Espírito Santo não é “Filho” (nem “Filha”) do Pai. O Espírito Santo é a pessoa que é “fruto” do amor do Pai e do Filho, sendo que o Filho tem este amor do Pai; o Filho o tem como Filho, como o “Unigênito” do Pai.³

Por conseguinte, o Pai é Pai pela Sua relação de origem ao Filho: a *paternidade*, como o Filho é Filho pela Sua relação de origem ao Pai: a *filiação*. Além disso, o Pai tem uma relação de origem ao Espírito Santo (relação que Ele tem em comum com o Filho e para a qual não temos um conceito próprio para exprimi-la). Mas não é por esta relação de origem ao Espírito Santo que o Pai é “Pai”, já que Ele a tem *em comum* com o Filho; não é uma característica própria só do Pai.

³ Aliás, foi São Tomás de Aquino quem conseguiu encontrar uma razão por que a processão do Espírito Santo pela “via do amor” não é geração; cf. *Summa Theologiae* I, q. 27, a. 4.

O que é *próprio* somente do Pai, é exatamente o de ser *Pai*, isto é, de ser *origem da Pessoa do Filho*. Ele é “Pai” porque d’Ele procede, por *geração*, o Filho, enquanto o Espírito Santo não procede do Pai por *geração*.

II. O mistério da *geração* em Deus

Se no único Deus há um “Pai” e um “Filho”, existe em Deus um misterioso “gerar”: o Pai gera o Filho. É “misterioso”, porque esta *geração* divina não deve ser entendida, de modo algum, à maneira da *geração* humana. Na verdade, o ser humano pode ser origem de outro ser humano. A pessoa humana traz em si a possibilidade de ser *fecunda*: gerar outra pessoa humana. Em Deus também há uma fecundidade, a infinita *fecundidade da primeira Pessoa divina*, que chamamos de “Pai”. Esta pessoa divina gera outra pessoa divina, Deus Pai gera Deus Filho. Mas Deus Pai gera de um *modo totalmente diferente* da *geração* humana.

O que é, então, esta *geração* divina? A *geração* por parte de Deus Pai é a *comunicação da Sua própria natureza divina*, da Sua “substância”, do Seu ser indivisível (comunicação pelo ato de entendimento, o qual, aliás, na realidade do ser divino se identifica com o ato de amor). Por isso, o Filho é um só Deus com o Pai. Ele tem a mesma natureza ou essência divina do Pai; Ele é o mesmo oceano infinito de ser, luz de conhecimento e amor como o Pai, mas Ele é isto como *Filho*, quer dizer, como Aquele que, por *geração*, o *recebe* do Pai; Ele é o Deus *gerado*, o *Unigênito* de Deus. O Pai é Deus *genitor*, o Filho é Deus *gerado*. Esta *geração* divina, puramente espiritual e eterna, é o *modelo supremo* da *geração* humana.

O Papa João Paulo II escreveu sobre este “mistério do eterno ‘gerar’, que pertence à vida íntima de Deus”:

Este “gerar” em si mesmo não possui qualidades “masculinas” nem “femininas”. É de natureza totalmente divina. É espiritual do modo mais perfeito, pois “Deus é espírito” (Jo 4,24) e não possui nenhuma propriedade típica do corpo, nem “feminina” nem “masculina”. Por conseguinte, também a “*paternidade*” em Deus é *totalmente divina*, livre da característica corporal “masculina”, que é própria da paternidade humana. Neste sentido, o Antigo Testamento falava de Deus como de um Pai e se dirigia a ele como a um Pai. Jesus Cristo, que pôs esta verdade no próprio centro do seu Evangelho como norma da oração cristã, e que se dirigia a Deus chamando-lhe: “Abá – Pai” (Mc 14,36), como Filho unigênito e consubstancial, indicava a paternidade neste sentido ultra-corporal, sobre-humano, totalmente divino.⁴

Esta dessemelhança entre o gerar divino e o gerar humano, no entanto, não quer dizer que não haja também uma certa *semelhança*, embora a dessemelhança seja sempre bem maior do que a semelhança.⁵ Por isso, segundo o Papa,

todo “gerar” na dimensão das criaturas encontra o seu primeiro modelo no gerar que em Deus é de modo completamente divino, isto é, espiritual. ... Por isso, tudo quanto no gerar humano é próprio do homem, como também tudo quanto é próprio da mulher, isto é, a “*paternidade*” e a “*maternidade*” humanas, trazem em si a semelhança, ou seja, a analogia com o “gerar” divino e com a “paternidade” que em Deus é “totalmente diversa”: completamente espiritual e divina por essência.⁶

Esta diversidade entre o gerar divino e o humano pode-se reconhecer também no seguinte fato: na geração divina é *uma só* a Pessoa que gera; *uma só* pessoa é o princípio de geração, a origem do Filho. Na geração humana, o princípio de geração sempre são *duas* pessoas: o homem e a mulher, ou melhor: o gerar humano é próprio da “unidade dos dois”; o filho é fruto da *união* do homem e da mulher.⁷ No nível da criatura humana, a geração comporta *paternidade e maternidade*. Na vida íntima da Santíssima Trindade a geração não conhece esta distinção; é uma só Pessoa divina que gera, e esta chamamos de “Deus Pai”; a Ele nos dirigimos, dizendo: “nosso Pai que estais nos Céus”.

III. Por que “Deus Pai” e não “Deusa Mãe”?

1. Fidelidade à norma da oração cristã

Por que chamamos a primeira Pessoa divina de “Deus Pai” e não, (também) de “Deusa Mãe”? Uma primeira resposta pode ser esta: chamar Deus de “Pai” e não, de “Mãe” é obedecer à norma da Sagrada Escritura, do próprio Senhor Jesus Cristo. Na Escritura, quer no Antigo quer no Novo

⁴ JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Mulieris dignitatem*, n. 8.

⁵ Cf. *ibidem*: “a revelação bíblica afirma que, se é verdadeira a ‘semelhança’ do homem com Deus, é *essencialmente mais verdadeira ainda a ‘não-semelhança’* (cf. Num 23,19; Os 11,9; Is 40,18; 46,5; cf., além disso, CONC. LATERANENSE IV [DS 806]), que separa do Criador toda a criação.”

⁶ JOÃO PAULO II, *Mulieris dignitatem*, n. 8.

⁷ Cf. *ibidem*: “Na ordem humana, ao invés, o gerar é próprio da ‘unidade dos dois’: um e outro são ‘genitores’, tanto o homem como a mulher.”

Testamento, Deus *jamais* é chamado de *Mãe*. Jesus chamou Deus sempre Seu “Pai”. O anúncio de que Deus é Pai encontra-se no centro da Sua Boa Nova do Reinado e Reino de Deus. Chamar a Deus de “Pai” é para nós questão de obediência ao ensinamento e à ordem de Jesus, Filho do Pai, que nos falou de Deus como Seu Pai e nos mandou chamá-l’O assim: “Rezai assim: Pai nosso que estás nos céus ...” (Mt 6,9). Jesus nunca chamou Deus de “Mãe”. Foi a uma pessoa *humana*, a uma *criatura* que Jesus chamou de “mãe”: a santíssima Virgem que O gerou como homem.

Jesus tinha um *único* Pai-Genitor (Pai que O gerou): a primeira Pessoa divina, Deus Pai. Não tinha um pai-genitor *humano*, mas tinha uma *mãe* humana que O gerou, na plena verdade do que significa gerar um ser humano. Maria é, verdadeiramente e em sentido pleno, mãe do Filho de Deus. Aliás, Jesus não somente nos fez participar da Sua relação filial para com Seu Pai divino, mas também nos deu, na Cruz, Sua própria mãe como mãe nossa (maternidade espiritual de Nossa Senhora e a correspondente relação filial nossa para com ela).

Portanto, é “norma da oração cristã”⁸ chamar Deus de Pai. Em todos os séculos até hoje, a Igreja não se tem considerado autorizada a abandonar esta norma, que provém do próprio Senhor Jesus. No século XX, porém, surgiu um feminismo teológico que tem feito a exigência de chamar Deus de Mãe ou, pelo menos, de chamá-l’O, além de Pai, também de Mãe. Pois, chamar Deus de “Pai” e não de “Mãe”, no parecer dessas teólogas (e teólogos) feministas, seria um “patriarcalismo teológico”,⁹ uma injustiça contra a mulher, uma lamentável discriminação.¹⁰

De fato, surge esta questão: se a geração divina é *modelo* da geração humana, e esta comporta tanto paternidade como *também maternidade*, por que Jesus não chamou a Deus com o nome de “Mãe”, já que é um nome tão expressivo, tão carregado de profunda afetividade? Por que O chamou sempre e *exclusivamente* com o nome de “Pai”?

Afinal, poderíamos pensar, Jesus não estava obrigado a agir assim, uma vez que no Antigo Testamento Deus Se apresentara também com o que poderíamos chamar “traços maternos”. Em outros assuntos, Jesus mani-

⁸ Cf. *ibidem*.

⁹ Cf. J. MOLTSMANN, *O Pai Maternal. O patripassianismo trinitário vencerá o patriarcalismo teológico?*, em: *Concilium* 163 (1981) 63-64.

¹⁰ Livros como os seguintes podem servir para conhecer tal teologia: Elizabeth JOHNSON, *Aquela que é. O mistério de Deus no trabalho teológico feminino*, Petrópolis 1995; Elisabeth

festava ser independente da mentalidade dos Seus contemporâneos; Ele ousava mesmo dizer: “Ouvistes..., mas Eu vos digo...” (cf. Mt 5,21s.27s. 31s, etc.). Por que, então, Jesus não desenvolveu, por assim dizer, os traços maternos de Deus, chamando-O não somente “Pai”, mas também “Mãe”? Será possível descobrir a razão por que Jesus não o fez? Ao nosso ver, deverá ser possível. Mas, vejamos antes os mencionados “traços maternos” na imagem de Deus. Para isto será importante ver em que *contexto* ou de que *maneira* se apresentam tais traços.

2. Deus Pai, cujo terno amor é comparável ao amor de uma mãe

Tanto no Antigo como no Novo Testamento, Deus nunca é invocado como “Mãe”. O *Catecismo da Igreja Católica* (= *Cat.*) n. 238 diz: “Em Israel, Deus é chamado de Pai enquanto Criador do mundo (cf. Dt 32,6; Ml 2,10). Deus é Pai, mais ainda, em razão da Aliança e do dom da Lei a Israel, seu ‘filho primogênito’ (Ex 4,22).”

No Novo Testamento, Jesus revela Deus como Pai num sentido novo, mais profundo: “Jesus revelou que Deus é ‘Pai’ num sentido inaudito: não o é somente enquanto Criador, mas é eternamente Pai em relação a Seu Filho único, que só é eternamente Filho em relação a seu Pai” (*Cat.* n. 240).

Para nós, no entanto, é importante compreender exatamente o que a linguagem da fé quer exprimir ao designar Deus com o nome de “Pai”, em relação a nós. O *Catecismo* explica:

Ao designar a Deus com o nome de “Pai”, a linguagem da fé indica principalmente dois aspectos: que Deus é origem primeira de tudo e autoridade transcendente, e que ao mesmo tempo é bondade e solicitude de amor para todos os seus filhos.¹¹

Deus é chamado “Pai”, porque é a *origem* de tudo e, particularmente, porque é a origem do povo de Israel como o povo peculiar de Deus, com

GÖSSMANN e outras (ed.), *Wörterbuch der Feministischen Theologie*, Gütersloh 1991; em tradução portuguesa: *Dicionário de teologia feminista*, Ed. Vozes, Petrópolis; Manfred HAUKE, *Gott oder Göttin? Feministische Theologie auf dem Prüfstand* (mm tractate), Aachen 1993.

¹¹ Eis, na íntegra, o número 239 do *Catecismo da Igreja Católica*: “Ao designar a Deus com o nome de ‘Pai’, a linguagem da fé indica principalmente dois aspectos: que Deus é origem primeira de tudo e autoridade transcendente, e que ao mesmo tempo é bondade e solicitude de amor para todos os seus filhos. Esta ternura paterna de Deus pode também

quem Deus concluiu a Aliança. Por isso mesmo, o povo de Israel é chamado “*filho primogênito*” (Ex 4,22) de Deus.¹² Todos devem a sua existência a Deus. Por isso mesmo Ele, como Pai, tem também *autoridade* sobre Seus filhos, as criaturas humanas. É uma autoridade “*transcendente*”, segundo a expressão do Catecismo, pois ela transcende toda e qualquer autoridade que um ser humano pode ter sobre seus filhos. A razão disto é que Deus é o próprio *Criador*, no sentido exato da palavra (criar significa fazer existir o que não existia de modo algum, criar “do nada”). Uma criatura, um pai ou uma mãe, nunca é propriamente criador de outra pessoa humana, não cria “do nada”. Por isso, sua autoridade sobre os filhos nunca é absoluta, não é “transcendente”, é limitada.

No entanto, a afirmação “Deus é Pai” não somente quer dizer que Ele é origem primeira (criador) e conseqüentemente autoridade transcendente, mas também afirma que Ele é *bondade e solicitude de amor* para com todos os Seus filhos; Ele é um Pai de *terno amor*.

Ora, é exatamente neste ponto que entram, na revelação divina, as expressões *maternas*, os assim chamados traços maternos na imagem de Deus. “Esta ternura paterna de Deus pode também ser expressa pela imagem da maternidade, que indica mais a imanência de Deus, a intimidade entre Deus e sua criatura” (*Cat.* n. 239).

É que nós, seres humanos, não temos apenas *uma* pessoa como origem da nossa existência, mas necessariamente sempre *duas*: pai e mãe. Por isso, pai e mãe “são de certo modo os primeiros representantes de Deus para o homem” (*Cat.* n. 239). Pois tanto o pai como a mãe são *ori-*

ser expressa pela imagem da maternidade (cf. Is 66,13; Sl 131,2), que indica mais a imanência de Deus, a intimidade entre Deus e sua criatura. A linguagem da fé inspira-se assim na experiência humana dos pais (genitores), que são de certo modo os primeiros representantes de Deus para o homem. Mas esta experiência humana ensina também que os pais humanos são falíveis e que podem desfigurar o rosto da paternidade e da maternidade. Convém então lembrar que Deus transcende a distinção humana dos sexos. Ele não é nem homem nem mulher, é Deus. Transcende também a paternidade e a maternidade humanas (cf. Sl 27,10), embora seja a sua origem e a medida (cf. Ef 3,14; Is 49,15): ninguém é pai como Deus o é.”

¹² Num cântico de Moisés encontramos esta advertência ao povo de Israel: “Assim agradeceste a JAVÉ, povo insensato e ímprobo! Não é Ele teu Pai, teu Criador? Ele que te fez, te estabeleceu?” (Dt 32,6). Outra advertência semelhante – num contexto que fala da santidade do matrimônio – encontra-se no profeta Malaquias: “Não temos todos nós o mesmo Pai? Não foi o mesmo Deus quem nos criou? Por que nos traímos um ao outro, profanando a aliança de nossos pais?” (Ml 2,10).

gem para a nova pessoa humana; são *colaboradores* de Deus para gerar um novo indivíduo humano. Por isso também têm uma autoridade sobre os filhos que geraram, enquanto são para eles os representantes de Deus criador.

Por isso mesmo, também o *amor* dos pais – pai e mãe – para com seus filhos é manifestação do amor de Deus para conosco, Seus filhos amados. É óbvio que não somente o amor de um pai, mas também o de uma mãe é manifestação do amor de Deus para com Seus filhos. O profeta Isaías anunciou que Deus consolaria o Seu povo com um amor de mãe: “Como alguém que é *consolado pela própria mãe*, assim Eu vos consolarei” (Is 66,13). Quando o salmista quer manifestar a sua confiança no Senhor Deus como a de uma criancinha, ele diz: “Guardo em paz e silêncio a minha alma, que repousa em meu peito saciada, *qual no colo da mãe a criancinha*” (Sl 131,2). E quando Deus quer exprimir que Seu amor é profundíssimo e inextinguível, Ele diz a Sião, por meio do profeta Isaías: “Dizia Sião: ‘JAVÉ abandonou-me, o Senhor Se esqueceu de mim’. *Uma mulher olvida a criança de peito? Não estimará o filho de suas entranhas? Embora alguma se esquecesse, Eu jamais te esqueceria!*” (Is 49,14s).

Como diz o Catecismo, a “imagem da maternidade ... indica mais a imanência de Deus, a intimidade entre Deus e sua criatura” (*Cat.* n. 239). Deus *nos ama como uma mãe*, como a melhor mãe que poderíamos imaginar, e muito mais. Ele nos ama com uma ternura, profundidade, intimidade e intensidade que todas as mães juntas do mundo inteiro não podem atingir. O amor profundo de uma mãe por seu filhinho que ela trouxe durante nove meses no seu seio materno, que amamentou e em função do qual ela vive de todo o coração, este amor de uma mãe, tão íntimo e forte, não é mais que um pálido reflexo da força e ternura infinita do amor de Deus para conosco.

A união íntima e profundíssima da mãe com seu filho, da qual brota uma relação e um amor *especial* da mãe para com seu filhinho, não é maior que a união de Deus com Sua pequenina criatura, que somos nós. Dizemos com razão: “Deus me é mais íntimo do que eu sou a mim mesmo”. Deus não é somente o Deus *transcendente*, infinitamente acima de nós, absolutamente inconfundível com qualquer realidade criada, transcendendo-a totalmente; Ele é também o Deus *imane*nte, isto é, o Deus presente nos seres criados por Ele. “N’Ele vivemos, nos movemos e existimos”, segundo a expressão de São Paulo (At 17,28).

Por conseguinte, não há dúvida alguma que o *amor de uma mãe*: carinho, ternura, paciência, compreensão, compaixão... possa *refletir o amor de Deus*. Com efeito, o “homem e a mulher são criados em idêntica grande dignidade, ‘à imagem de Deus’. No seu ‘ser-homem’ e seu ‘ser-mulher’, refletem a sabedoria e a bondade do Criador” (*Cat.* n. 369), e “as ‘perfeições’ do homem e da mulher refletem algo da infinita perfeição de Deus: as de uma mãe e as de um pai e esposo” (*Cat.* n. 370). Por que, então, não podemos chamar Deus de “Mãe”? Por que Jesus jamais Se dirigiu a Ele ou falou d’Ele aos discípulos, dizendo: “minha Mãe”?

3. O simbolismo do homem e da mulher na sua distinção

a) O fato inegável e a busca da sua verdadeira razão de ser

No fundo, esta pergunta está intimamente ligada a outras perguntas. Por que Deus, no Antigo Testamento, e Cristo, no Novo Testamento, apresentam-Se sempre como “*Esposo*” e nunca como “*Esposa*”? Por que a segunda Pessoa da Santíssima Trindade é chamada “*Filho*” de Deus e não “*Filha*”? Por que a segunda Pessoa da Santíssima Trindade Se fez homem de sexo *masculino* e não feminino?

É impossível negar estes dados da Revelação divina: na S. Escritura *jamaiz* Deus é chamado “*esposa*”; o Verbo eterno, ao assumir a natureza humana, assumiu-a na forma masculina; Jesus foi plenamente homem; n’Ele não houve nada de uma mistura dos sexos; *jamaiz* Ele poderia ser chamado “*Filha*” de Deus. São constatações que não conhecem exceção alguma. O fato, portanto, é incontestável.

Mas, perguntamos pelo *porquê* deste fato. Por que é assim? Não poderia ser diferente? Não se trata de uma decisão mais ou menos arbitrária de Deus, do Deus que Se revelou e nos chamou à comunhão consigo? Porém, supor que seja uma decisão arbitrária de Deus seria uma afronta à infinita sabedoria divina. Qual é, então, a razão que se pode indicar?

Dizer que tudo isso é devido à *cultura* daquele tempo em que foi escrita a Sagrada Escritura, significa desconhecer a índole verdadeira da Revelação divina, de que a S. Escritura é meio seguro de transmissão. Pois, se é verdade que, “para descobrir a *intenção dos autores sagrados*, há que levar em conta as condições da época e da cultura deles, os ‘gêneros literários’ em uso naquele tempo, os modos, então correntes, de sentir, falar e narrar” (*Cat.* n. 110), isto não pode significar que estou autorizado a fazer os textos dizer aquilo que eu, devido à mentalidade e cultura atual,

penso ou considero certo ou mais conveniente. A questão só pode ser esta: entender *aquilo mesmo* que os *hagiógrafos* – e *Deus mesmo*, agindo através deles (inspiração divina da Sagrada Escritura!) – pensaram e quiseram transmitir com aqueles meios lingüísticos que estiveram à sua disposição. E para reconhecer isto, preciso também levar em conta os três critérios para uma interpretação da Escritura conforme o Espírito que a inspirou,¹³ a saber: prestar muita atenção “ao conteúdo e à unidade da Escritura inteira”; ler a Escritura dentro “da Tradição viva da Igreja inteira”; estar atento “à analogia da fé”, isto é, à coesão das verdades da fé entre si e no projeto total da Revelação. Ora, se em todos os livros da Escritura – que foram escritos não por um só autor, mas por muitos, nem apenas durante uma determinada época e no mesmo ambiente, mas durante séculos e não exatamente no mesmo ambiente cultural – nem uma *única* vez Deus é chamado de Mãe ou Esposa, e se, portanto, em contraste com religiões de povos vizinhos, o único Deus nunca é apresentado como uma “deusa”, uma divindade feminina, isto não pode ser apenas fruto ocasional de uma determinação cultural dos hagiógrafos, como se estivessem de tal modo determinados por sua cultura que não conseguissem libertar-se dessa prisão cultural que os teria impedido de falar (também) da única “Deusa”, “Mãe” de todos os homens, “Esposa” do povo eleito que, por sua vez, seria o “esposo” da Deusa que o escolheu. Além disso, o fato de a segunda Pessoa da Santíssima Trindade Se encarnar na forma masculina do ser humano, impossibilita absolutamente chamar Jesus Cristo, o Verbo encarnado, de “Filha” de Deus ou “Esposa” da comunidade dos fiéis (Igreja). Na base deste fato (isto é, tanto da Encarnação como da exclusão do nome “mãe” ou “esposa” para Deus) encontra-se uma *decisão divina*, independente de qualquer cultura e influência ambiental dos autores da S. Escritura. E, como já dissemos, tal decisão não pode ser arbitrária. Não querer aceitar tal decisão, significaria, no fundo, rejeitar a Revelação judeu-cristã, criticar o único verdadeiro Deus que Se revelou em Jesus Cristo. Voltamos, portanto, às perguntas acima referidas.

b) A razão de ser pode-se encontrar no simbolismo do homem e da mulher na sua *distinção*

Uma resposta a essas perguntas pode-se encontrar na consideração da *distinção* entre homem e mulher e do seu respectivo *simbolismo*. Para

¹³ Cf. CONCÍLIO VATICANO II, *Dei Verbum* 12,3 e *Cat.* nn. 112-114.

entender bem este simbolismo ou valor simbólico da distinção sexual do ser humano, precisa ter clareza sobre a essência específica do ser humano. Este é uma união admirável entre *espírito* e *matéria*, entre corpo material e alma espiritual. O corpo faz *parte essencial* do seu ser. No ser humano, o espírito e a matéria não são duas naturezas unidas; a união deles forma uma única natureza, uma só substância (segunda a concepção da alma como “forma” do corpo¹⁴). Por isso, cada pessoa humana é essencialmente ou varão ou mulher; o sexo, portanto, não é uma exterioridade secundária e, em última análise, insignificante; é uma expressão *essencial* do ser humano enquanto ser corporal.

Ora, esta concepção do ser humano, que podemos chamar a concepção ou *imagem simbólico-sacramental*, contrasta com uma concepção puramente *funcional*. O Cardeal Joseph Ratzinger, ao constatar este contraste, indicou também as dificuldades que ele faz surgir: “Num mundo totalmente orientado para a funcionalidade, tornou-se difícil até mesmo perceber outros pontos de vista que não sejam os da funcionalidade; a autêntica natureza do sacramento, que não é redutível à funcionalidade, dificilmente encontra consideração.”¹⁵ A “transparência simbólica da corporeidade do ser humano, que para o pensamento sacramental é óbvia, é substituída pela equívoca funcionalidade dos sexos”. “De fato, sempre que se perde o vínculo com a vontade do Criador e, dentro da Igreja, o vínculo com a vontade do Redentor, a funcionalidade converte-se facilmente em manipulação. A nova atenção em relação à mulher, que era o ponto de partida justificativo dos movimentos modernos, acaba depressa no desprezo do corpo. A sexualidade deixa de ser vista como expressão essencial da corporeidade humana, para ser apresentada como uma exterioridade secundária e, em definitivo, insignificante. O corpo deixa de pertencer ao que é característico do ser humano, para ser considerado como um instrumento, do qual nos servimos.”¹⁶

Na verdade, a Revelação divina não somente nos faz reconhecer a perfeita *igualdade* do homem e da mulher enquanto pessoas humanas, mas também a sua clara *distinção* e sua *complementaridade*;¹⁷ “são ao

¹⁴ Cf. CONCÍLIO DE VIENA, no ano 1312: DS 902.

¹⁵ J. RATZINGER, *A Carta Apostólica “Ordinatio sacerdotalis”*, em: *L’Osservatore Romano*, 25.06.1994, p. 3.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Cf. JOÃO PAULO II, *Mulieris dignitatem*, n. 25: Cristo “*como homem*, filho de Israel,

mesmo tempo iguais enquanto pessoas (‘osso de meus ossos...’) e complementares enquanto masculino e feminino” (*Cat.* n. 372; cf. *Cat.* n. 369). Por isso, “juntamente com a igual dignidade humana dos sexos deve-se ter sempre presente também a sua específica missão, para assim contrastar qualquer novo maniqueísmo, que reduz o corpo a uma realidade irrelevante, ‘puramente biológica’, e priva deste modo a sexualidade da sua dignidade humana, da sua beleza específica, acabando por perceber somente um ser humano abstrato e assexuado.”¹⁸

Na base da concepção *simbólico-sacramental* do ser humano,¹⁹ a saber, do *valor simbólico* da *distinção* entre o homem e a mulher, podemos encontrar uma resposta à nossa questão: por que não “Deusa Mãe”? Assim também se dará a resposta às outras perguntas inseparavelmente ligadas com esta.

Antes, porém, convém primeiro esclarecer que, evidentemente, “Deus não é de modo algum à imagem do homem” (*Cat.* n. 370); “Deus transcendendo a distinção humana dos sexos. Ele não é nem homem nem mulher, é Deus” (*Cat.* n. 239). Em Deus, sendo puro espírito, não há lugar para a diferença dos sexos. A distinção de sexo é uma característica somente das *criaturas materiais*. Também entre as criaturas que são puros espíritos, entre os Anjos, portanto, não existe esta distinção. Mas Deus, ao nos revelar o Seu mistério íntimo, nos fala com linguagem humana, usa conceitos e imagens humanas, quer dizer: conceitos e imagens tiradas do mundo sensível, do qual faz parte o próprio ser humano que, como ser corpóreo, se distingue em homem e mulher.

Esta distinção do ser humano em homem e mulher é em vista da sua *fecundidade*,²⁰ em função da *geração de filhos*; entre as criaturas puramente espirituais não há distinção de sexo e também não há geração.

... revelou a dignidade das ‘filhas de Abraão’ (cf. *Lc* 13,16), a dignidade possuída pela mulher desde o ‘princípio’ em igualdade com o homem. E, ao mesmo tempo, Cristo colocou em evidência toda a originalidade que distingue a mulher do homem, toda a riqueza a ela conferida no mistério da criação.”

¹⁸ J. RATZINGER, *ibidem*, p. 4.

¹⁹ Cf. também JOÃO PAULO II, *Mulieris dignitatem*, n. 25, onde ele escreve sobre a “dimensão simbólica” do “grande mistério” de Ef 5,31s: “E então o homem *deixará pai e mãe para se unir à mulher, e serão os dois uma só carne*: Este mistério é sublime. Digo isto referindo-o a Cristo e à Igreja.”

²⁰ Cf. Gn 1,27s: “homem e mulher Ele os criou. Deus os abençoou dizendo: ‘Sede fecundos e multiplicai-vos’”.

O que, fisicamente, distingue o homem da mulher é o que o capacita a ser pai, e o que distingue a mulher do homem é o que lhe dá a capacidade de ser mãe. A geração de filhos, porém, não é possível a não ser pela *união* de homem e mulher. Nesta união, porém, o homem e a mulher têm, cada um, seu *papel próprio e inconfundível*.

Para gerar um filho, a mulher deve *conceber*, ela deve *ser fecundada*. Neste sentido, a mulher é comparável à terra fértil ou à planta capaz de produzir um maravilhoso fruto. “Bendito é o *fruto* do teu ventre”, exclamou Isabel, no encontro com Maria, a Mãe do Filho de Deus (cf. Lc 1,42). Mas para produzir o fruto, isto é, para, de fato, ser fecunda, a terra precisa *ser fecundada*, ou seja, precisa *receber* a semente. No nível humano, a mulher não tem apenas o papel da terra fértil, que somente recebe a semente e lhe oferece o ambiente e os elementos necessários para que esta semente possa brotar, crescer, florescer e dar fruto; no entanto, a mulher não pode produzir o fruto maravilhoso e singular: um novo ser humano, a não ser que o seu óvulo seja fecundado pelo homem. Nisto, portanto, a mulher *recebe*, ela se caracteriza pela *receptividade*, enquanto o homem é quem *dá*, é *ativo*.

Ora, a *receptividade* é característica fundamental e essencial da *criatura*; a atividade, ou seja, exatamente, a *pura atividade* sem mistura de passividade, é a característica distintiva de *Deus*; é o que O distingue da criatura. *Receber* é conforme à essência ou natureza da criatura; por isso, é o que lhe convém, o que lhe faz bem, o que a faz crescer, o que a faz produzir. Na base de toda a *ação* da criatura encontra-se a *recepção*: primeiro precisa receber para, então, agir ou dar. Deus, ao invés, tem tudo para *dar* e nada a receber, ou seja, a Sua atividade não pressupõe a recepção de algo para poder agir.

Assim, na geração divina não existe, de modo algum, o aspecto *receptivo* ou *passivo*. Para gerar o Filho, a primeira Pessoa divina *não recebe* nada de ninguém. O Pai não é, de modo algum, passivo, não é fecundado; ao gerar o Filho, Ele é *totalmente e exclusivamente ativo*. Portanto, Ele não tem nada daquela característica própria da mulher, pela qual ela, na geração, *se distingue claramente do homem*, e a qual é característica essencial da *criatura*. Sendo assim, pode-se compreender que a Pessoa divina que gera outra é chamada de “Pai” e não, de “Mãe”. Chamar a Deus de “mãe” seria inconveniente, incorreto, pois equivaleria a promover uma concepção falsa a respeito do mistério da geração em Deus. “Mãe” é sempre uma *criatura*, é alguém que precisa *receber*, alguém que é *claramente passiva*, embora, *em seguida*, possa ser *muito ativa*, como

é a mulher, depois da concepção, em relação a seu filho (enquanto o homem, neste sentido, deixa de ser ativo, depois de ter fecundado a mulher).

Por outro lado, se é preciso dizer “Deus *Pai*” e não “Deusa *Mãe*”, isto não significa que Deus seja masculino (homem). Ele não é nem homem nem mulher, não tem sexo, é puríssimo espírito. Dizer que em Deus devem encontrar-se qualidades sexuais (masculinas e femininas), uma vez que estas se encontram na criação, no próprio ser humano criado “à imagem de Deus”, é desconhecer o caráter *analógico* da linguagem sobre Deus. Verdade é que as múltiplas perfeições das criaturas refletem a perfeição infinita de Deus. Em razão disto podemos falar de Deus a partir das perfeições das Suas criaturas (cf. Sb 13,5: “por analogia”), portanto, também e particularmente, a partir das perfeições do ser humano, que é homem e mulher. Mas não podemos atribuir a Deus, em sentido *próprio* (linguagem “analógica” significa atribuir a Deus um determinado conceito em sentido próprio e não equívoco, mas, por outro lado, também não unívoco), qualidades encontradas nas criaturas, se estas qualidades (os respectivos conceitos) implicam necessariamente uma imperfeição ou limitação. As assim chamadas perfeições “mistas”, que no seu conceito contêm uma imperfeição-limitação própria da criatura (como, p. ex., o “ver” e “ouvir” de Deus, ou o “andar” de Deus), não se pode atribuir a Deus em sentido próprio-análogo (como, p. ex., no caso do “conhecer” ou “agir” de Deus), mas apenas em sentido impróprio-metafórico.

Ora, a sexualidade faz parte das perfeições humanas que são inseparáveis da corporeidade do ser humano e, portanto, não podem ser atribuídas como tais – em sentido próprio – a Deus, que não tem corpo. Sendo assim, carece de fundamento a afirmação de Mary Daly²¹, muitas vezes citada em obras de outras feministas: “Se Deus é masculino, o masculino deve ser Deus.” Se Deus é “Pai”, isto não quer dizer que “o masculino” (por chamar Deus de “pai” e não de “mãe”) é Deus. Deus não é nem masculino nem feminino.

Mas, devido ao papel distinto do pai e da mãe na geração de um filho, o homem (o pai), com seu papel *não receptivo* mas *ativo*, pode, por isso mesmo, servir de realidade-símbolo a partir da qual Deus apropriadamente Se autodenomina no mistério da geração intradivina (geração do Filho

²¹ Mary DALY, *Beyond God the Father* (ano 1973), tradução alemã: *Jenseits von Gottvater Sohn & Co. Aufbruch zu einer Philosophie der Frauenbefreiung*, München 1980, 33.

eterno) e extradivina (Deus é nosso Pai por ser o nosso Criador e por nos fazer participar da Sua própria natureza divina): Deus é “Pai”. O homem pode, deste modo, *representar* Deus. A mulher, por sua vez, *exprime com toda a perfeição*, exatamente naquilo que a distingue claramente do homem, o papel da *criatura* em relação a Deus.

O homem (o masculino) somente pode *representar* Deus, mas *não é* Deus; ele é também *criatura* como a mulher. O seu *modo* de gerar ativamente é totalmente diferente do modo divino. Ele não pode, como Deus Pai, gerar por si mesmo ou de si mesmo; não pode sozinho gerar um filho, mas somente unindo-se à mulher, fecundando-a. O homem, portanto, representa algo que ele não é; o seu simbolismo próprio, isto é, enquanto *distinto* da mulher, não é caracterizado pela totalidade ou integridade, como é o caso do simbolismo da mulher. A mulher, no que diz respeito ao seu simbolismo *distinto* do homem, se identifica com seu valor simbólico. Pois a mulher, no seu simbolismo próprio, não representa algo que ela mesma não seja; ela é *plenamente* aquilo que exprime ou simboliza: a *criatura fecunda não por si mesma*, mas *pela ação de Deus*. Aliás, em Maria, a Virgem e Mãe, isto é verdade no sentido mais pleno e exclusivo, no tocante à geração: ela é fecunda não pela ação de um homem, mas *diretamente* pela ação do próprio Deus (do Pai pelo Filho no Espírito Santo).

Maria, a mulher virgem-mãe, é, por isso, *a* representante não apenas das mulheres, mas também de todos os homens, da humanidade inteira,²² e, além disso, de toda criatura; ela é *a* mulher, *o* ser humano, *a* criatura; ela é a personificação da criatura na sua posição diante de Deus: a criatura que *recebe*, acolhe livremente o dom divino e *colabora* com Deus que Se doa.

c) O papel do simbolismo na Revelação divina

Poderá alguém objetar: se a razão por que chamar Deus de “Pai” e não de “Mãe” é “*apenas o simbolismo*”, a argumentação parece ser pouco consistente. Porém, embora à primeira vista possa parecer fraca uma argumentação baseada num simbolismo, esta impressão se desfaz ao considerar o papel do simbolismo na Revelação divina a nós, seres humanos.

²² Cf. S. TOMÁS, *Summa Theologiae* III, q. 30, a. 1, onde ele escreve que Maria, na anunciação, deu o seu consentimento *em lugar de toda a natureza humana* (“*loco totius humanae naturae*”).

Apenas quem não reconhece este papel importante e não aceita a acima mencionada concepção *simbólico-sacramental* do ser humano, pode considerar o simbolismo como algo irrelevante e incapaz de oferecer uma razão válida de explicação de um fato concreto da Revelação divina.

A noção de “sacramento”, antes de se tornar termo técnico para designar os sete ritos sagrados da Igreja, equivalia à noção grega de *mysterion*. Num sentido geral, ela indica uma realidade visível ou simplesmente sensível que, no entanto, para o homem representa, ou seja, de alguma maneira torna presente, realidades sobrenaturais e, portanto, invisíveis, imperceptíveis em si mesmas. Além disso, essa realidade visível faz entrar no nosso mundo e na nossa consciência as realidades do mundo invisível.²³

Neste nosso mundo, em que ainda não podemos ter a visão imediata de Deus, este não pode revelar-Se a não ser utilizando conceitos humanos elaborados a partir da experiência das realidades criadas ou fazendo uso de imagens ou símbolos tirados deste mundo da nossa experiência. Tratando-se de conceitos análogos, a analogia faz possível transcender essas realidades criadas (expressas nos conceitos) mediante um juízo do intelecto, isto é, reconhecendo que a realidade divina designada, em sentido próprio, por tais conceitos ultrapassa-os infinitamente²⁴ ou, tratando-se de linguagem simbólico-metafórica, o intelecto pode reconhecer que a realidade como tal não existe em Deus.²⁵

Essas realidades criadas são, particularmente, o próprio ser e agir do homem, que foi criado “à imagem e semelhança de Deus” (cf. Gn 1,26s). A realidade humana, e especialmente ela, pode, portanto, servir de meio para a automanifestação de Deus a nós. Nesta realidade humana há o que é comum ao homem e à mulher: a *natureza humana* como tal, o ser *pessoa humana*, ser um ser *humano*; e há o que é próprio e o distintivo de uma e outra realização de um indivíduo humano: ser *homem* (varão) e ser *mulher*. Ser imagem de Deus, esta é a grande dignidade idêntica e

²³ Cf. J.-H. NICOLAS, *Sintesi Dogmatica. Dalla Trinità alla Trinità*, vol. II, Roma-Vaticano 1992, 11.

²⁴ Embora esses conceitos e palavras permaneçam sempre aquém do Mistério de Deus, eles, no entanto, atingem realmente o próprio Deus, ainda que sem poder exprimi-l’O em Sua infinita simplicidade (cf. *Cat.* n. 42s).

²⁵ Deus não tem “olhos” para “ver”, “ouvido” para “ouvir”, “mãos” para “tocar”; não tem sexo masculino nem feminino.

comum; nisto não há diferença no simbolismo de homem e mulher. Mas a *diferença do sexo*, que deriva da corporeidade do ser humano, afetando também profundamente a sua espiritualidade (psicologia masculina distinta da psicologia feminina), é que estabelece uma *diferença* – salvaguardando a perfeita igualdade enquanto pessoas humanas – também *no simbolismo* do homem e da mulher, que acima explicamos. Em virtude desta diferença, a Pessoa divina que gera manifestou-Se com o nome “pai” (não “homem”, “varão”) e não com o nome “mãe”, embora não somente o homem, mas também (e não menos) a mulher seja “imagem de Deus”.

Afinal, temos de reconhecer que Deus conhece, melhor do que nós, os conceitos, palavras e imagens humanos que, apesar da sua inevitável limitação, são mais apropriados para nos fazer conhecer os Seus mistérios. Portanto, não mudemos ou, até, rejeitemos a linguagem, os símbolos que Deus empregou para nos falar do Seu Mistério, mas procuremos aprofundar seu significado. Pois, ao falar de Deus, não é indiferente quais imagens e símbolos usamos ou preferimos. Isto vale também e particularmente quando se trata da realidade humana central que é a polaridade dos sexos, a qual corresponde à vontade do Criador. A determinação e diferenciação sexual do ser humano é mais fundamental e incisiva do que a social. Por isso mesmo, uma evolução social no sentido do reconhecimento pleno dos direitos da mulher na sua dignidade igual ao homem não pode servir de base para exigir ou recomendar uma mudança no nosso falar de Deus e com Deus. O simbolismo próprio do homem e da mulher pertence aos dados originários do ser e da psicologia humana; este simbolismo não está ligado a uma determinada época ou cultura; ele tem mesmo um significado universal.

A escolha entre as imagens e símbolos à disposição não deve ser nem arbitrária nem segundo o gosto subjetivo, mas conforme a Revelação divina. Ora, Deus mesmo fez a escolha quando Se revelou como Pai e Filho e Espírito Santo, e quando o Filho Se fez homem de sexo masculino.

4. Deus Filho, Esposo da Igreja

Em base à explicação dada pode-se também compreender a razão por que o Deus que conclui a aliança com o povo de Israel Se compara com o *esposo*, enquanto o povo é a *esposa*.²⁶ A aliança de Deus com o povo

²⁶ Cf. Os 2; Sl 45; Ct; Ez 16; Is 54,5s.

de Israel e, depois, com a Igreja, é um mistério do Seu amor gratuito aos homens e da resposta de amor livre da parte deles; por isso, compara-se com a aliança matrimonial (de vida e amor) entre o homem e a mulher. Na plena revelação do mistério divino de amor, pela Encarnação do Filho e o envio do Espírito Santo, esclarece-se que é o *Filho feito homem* quem é propriamente o “Esposo” (cf. Mt 9,15; 22,2; 25,1-13; Lc 12,36; Jo 3,29; Ap 21,2.9). Ele, a segunda Pessoa divina, assumiu a natureza humana na sua forma *masculina*. Este fato impossibilita absolutamente atribuir-Lhe, na aliança matrimonial, a posição de “esposa”. Esposa só pode ser a humanidade redimida, a Igreja.

Mas foi mesmo necessário que a segunda Pessoa divina se fizesse homem na sua forma masculina? “Necessário” quer dizer: de tal modo conveniente que o contrário não teria sido compatível com a sabedoria divina. A resposta ou as respostas a esta questão pressupõem aquela já dada à questão anterior: por que “Deus Pai” e não “Deusa Mãe”?

Jesus não é uma simples criatura humana; Ele é o eterno Gerado de Deus Pai, que por este é enviado ao mundo. Ele veio como o *enviado* do Pai; devia, portanto, *representar o Pai* junto aos homens, torná-l’O para eles *visível* (“Quem vê a mim, vê também o Pai”; Jo 14,9), ser o “sacramento” – sinal-símbolo e instrumento – do Pai e da Sua ação salvadora. Se Ele, portanto, devia representar Deus, e se, segundo o simbolismo *distinto* do sexo masculino e feminino, a Pessoa divina que gera deve ser chamada “Deus Pai” e não “Deusa Mãe”, a Pessoa divina gerada por Deus Pai e enviada por Ele para fazer-Se homem e representá-l’O junto aos homens, tinha de assumir a natureza humana na sua realização masculina: ser “Filho” e não “Filha”, ser “Esposo” e não “Esposa”.

Jesus é o esposo, a Igreja é a esposa.

Nesta concepção, por meio da Igreja, *todos os seres humanos – tanto homens como mulheres – são chamados a ser a “Esposa” de Cristo, redentor do mundo*. Assim, “ser esposa”, portanto o “feminino” torna-se *símbolo de todo o “humano”*, segundo as palavras de Paulo: “não há homem nem mulher: todos vós sois *um só* em Cristo Jesus” (Gl 3,28).²⁷

Por isso é *Maria, a mulher*, quem personifica a humanidade, a Igreja, *na sua relação a Deus, a Cristo* (relação de esposa ao esposo); aqui não se trata apenas de representação – Maria representando a Igreja, estando diante de Deus e agindo em nome da humanidade, – mas de *ser*:

²⁷ JOÃO PAULO II, *Mulieris dignitatem*, n. 25.

juntamente com as outras pessoas humanas, ela *é* mesmo criatura humana. Não se trata somente de representação, mas de *realização plena da sua própria essência ou natureza*.

Jesus Cristo, o homem-varão, representa *Deus* diante da humanidade; e não somente representa, mas, com o Pai e o Espírito Santo, *é* Deus mesmo. Por outro lado, Ele foi enviado pelo Pai para também representar a *humanidade* diante de Deus; Ele Se colocou totalmente do nosso lado, Se fez um de nós, em perfeita solidariedade conosco. Não somente *é* perfeitamente Deus, mas também *é* perfeito *homem*. Porém, Ele *é* este homem *como o Enviado do Pai*. Quando se diz que Maria, particularmente na Anunciação e no Gólgota, representa a humanidade (mulheres e homens) diante de Deus, esta “representação” distingue-se claramente da representação da humanidade diante de Deus por parte do Filho de Deus encarnado. Maria não *é* a enviada de Deus para, na posição nova devida à realização do envio, representar diante de Deus aqueles aos quais *é* enviada; ela não muda de “posição” ao assumir e realizar a sua missão, mas realiza plenamente – e, sem dúvida, com uma perfeição que lhe *é* possível somente pela graça divina – aquilo que ela *é*: criatura, pessoa criada e agraciada por Deus. Jesus, ao invés, *é* o enviado de Deus; Ele, ao ser enviado, ao assumir e realizar Sua missão, mudou de posição, “despojou-Se a Si mesmo, assumindo a condição (ou: modo de ser) de servo e tornando-Se solidário com os homens” (Fl 2,7). *É* para Ele uma propriedade essencial ser o *Enviado do Pai*, ser *Aquele que vem de Deus* para cumprir uma missão junto a nós.

Se o Filho de Deus – como o Enviado do Pai, como Cabeça e Esposo da Igreja, Sua esposa – tinha que ser homem-varão, facilmente pode-se ver a razão porque o *representante sacramental* do Filho de Deus humanado na Sua posição de enviado do Pai e Cabeça do Seu Corpo místico (como Mestre da Verdade divina, Sumo Sacerdote do sacrifício redentor, Pastor do rebanho, Esposo da Igreja) deve ser um *homem-varão* e não uma mulher. E aqui se vê de novo a característica já antes reconhecida no papel do homem como representante de Deus, ou seja, de Cristo: o homem ordenado pode *representar* Cristo, pode *agir* “in persona Christi”, mas *não é* o próprio Cristo; ele *é instrumento* de Cristo, *é uma visibilização* de Cristo na Sua posição e ação de Cabeça da Igreja (em Sua tríplice função de sacerdote, profeta e rei).²⁸ Mas a perfeição pesso-

²⁸ Cf. *Cat.* n. 1549: “Pelo ministério ordenado ... a presença de Cristo como chefe da Igreja se torna visível no meio da comunidade dos fiéis.”

al do ministro ordenado, sua íntima união pessoal com Cristo depende da perfeição com que ele vive a vida de um membro da Igreja; e “na Igreja, todo ser humano – homem e mulher – é a ‘Esposa’, enquanto acolhe como dom o amor de Cristo redentor, e enquanto procura corresponder-lhe com o dom da própria pessoa”.²⁹

IV. Exigência de fidelidade a Deus que Se revelou

Quem começa a falar de Deus Mãe (isto é, exatamente: Deusa Mãe) ou de Deus Pai-Mãe, quem afirma que não importa chamar a segunda Pessoa divina de “Filho” ou “Filha”, quem acha que a relação entre Deus (Cristo) e o povo, apresentada na S. Escritura como uma aliança matrimonial, poderia ser a relação de Deus-“Esposa” e o povo- “esposo”, quem acha que a mulher pode ser ordenada sacerdotisa, isto é, que pode ser representante sacramental de Cristo como Cabeça do Corpo que é a Igreja, quem afirma tudo isto – e há em tudo isto uma inegável lógica – começa a construir uma *outra* religião; começa a acabar com a religião *cristã*, aquela *revelada* pelo próprio Deus: a religião da *aliança* de Deus com a humanidade (o povo eleito de Israel; a Igreja com a característica essencial da catolicidade).

Será que não estamos exagerando ao afirmar isto? À primeira vista poderia parecer que sim, mas a própria teologia feminista confirma que não estamos exagerando. Para o dizer primeiro com as palavras de uma teóloga feminista:

A religião é um todo coeso que dá o sentido último na linguagem de imagens e símbolos, e não se pode arbitrariamente tirar uma destas imagens e símbolos e substituí-la por uma outra (p. ex., pai por mãe), sem pôr em perigo o todo.³⁰

A intenção da teologia feminista não é fazer mudanças “cosméticas” em livros de orações e cantos, para promover a autoconsciência feminina, mas uma *nova religião*.

²⁹ JOÃO PAULO II, *Mulieris dignitatem*, n. 25.

³⁰ Catharina HALKES, *Suchen, was verlorenging. Beiträge zur feministischen Theologie*, Gütersloh 1985, 73: “Die Religion ist ein zusammenhängendes Ganzes aus letztendlicher Sinngebung in der Sprache von Bildern und Symbolen, und man kann nicht willkürlich eines dieser Bilder und Symbole entfernen und durch ein anderes ersetzen (Vater etwa durch Mutter), ohne das Ganze zu gefährden.”

A religião judeu-cristã é a religião da *aliança* de Deus com os homens; é uma aliança de comunhão de vida e amor, comparada por Deus mesmo com a aliança matrimonial entre o homem e a mulher. Segundo o simbolismo do sexo masculino e feminino, Cristo Se diz “esposo”, enquanto a humanidade, a Igreja (mulheres e homens), é identificada com a “esposa”. Por isso – digamo-lo mais uma vez – a Igreja como esposa, a Igreja como tal, a Igreja na sua relação sponsal com Cristo, não é concreta e perfeitamente representada, ou melhor, personificada por um homem, mas por uma *mulher*, *Maria*, enquanto os representantes de Cristo como Cabeça da Igreja não são mulheres, mas somente homens.³¹

Esta é a *estrutura* da aliança de Deus com a humanidade: Cristo-Deus na posição do esposo, a Igreja na posição da esposa. Quem muda e inverte esta estrutura, invertendo o simbolismo dos sexos, acaba invertendo a própria estrutura da religião cristã, realizando uma mudança profunda na própria imagem de Deus na Revelação cristã. Lewis tinha razão ao escrever, depois de ter lembrado “o profundo significado da linguagem das imagens”: “Se uma criança fosse ensinada a rezar a uma Mãe do Céu, a sua vivência religiosa se distinguiria radicalmente daquela de uma criança cristã.”³²

Fato é que o Deus Pai de quem fala a Sagrada Escritura é o “Senhor do céu e da terra” (Mt 11,25; Lc 10,21), o *Todo-poderoso*, o Deus *transcendente*, o *Criador*, o Deus que *não Se confunde, de modo algum, com o mundo criado*. É o “Deus Pai que está nos Céus”, não a “Deusa Mãe que está na terra”. Não é a terra, mas o “céu” (o firmamento, aquilo que está muito acima de nós) que serve de imagem para indicar, por assim dizer, o lugar próprio da Sua presença; a terra é o “escabelo dos Seus pés” (cf. Sl 99,5; Is 66,1; Mt 5,35).

³¹ Cf. JOÃO PAULO II, *Mulieris dignitatem*, n. 27: “O Concílio Vaticano II, confirmando o ensinamento de toda a tradição, recordou que, na hierarquia da santidade, *precisamente a ‘mulher’*, Maria de Nazaré, é ‘figura’ da Igreja. ... Neste sentido, pode-se dizer que a Igreja é conjuntamente ‘mariana’ e ‘apostólico-petrina’.” “Este perfil *mariano* é tão – se não mais – fundamental e caracterizante para a Igreja quanto o perfil *apostólico e petrino*, ao qual está profundamente unido ... A dimensão mariana da Igreja antecede à petrina, embora lhe seja estreitamente unida e complementar. ... Como bem disse um teólogo contemporâneo, Maria é ‘rainha dos apóstolos sem pretender para si os poderes apostólicos. Ela tem outras coisas e muito mais’ (H. U. VON BALTHASAR, *Neue Klarstellungen*, trad. italiana, Milano 1980, 181)” (*Ibidem*, nota de rodapé 55).

³² C.S. LEWIS, *Priestesses in the Church?*, 237.

A teologia feminista rejeita a concepção simbólico-sacramental do ser humano e, portanto, se nega a reconhecer o simbolismo *próprio* e, por isso, *distinto* do homem e da mulher, na *perfeita igualdade* de dignidade e valor como pessoa humana.³³ Neste ponto há no feminismo teológico duas linhas ou direções: aquela que não quer reconhecer a clara distinção e complementaridade entre o homem e a mulher; e outra que leva a sério essa distinção, mas atribui à mulher uma dignidade e um valor maior do que ao homem. Para as representantes da primeira concepção antropológica, Deus deve ser Pai-Mãe; para as outras, Deus é feminino: uma Deusa. É significativo que aquelas feministas que levam a sério a distinção sexual do ser humano (e esta é a única concepção antropológica certa) são as que mais radicalmente voltam as costas à religião cristã. Daí se pode concluir: “Quem leva a sério o ser humano como homem e mulher, ou aceita o simbolismo bíblico dos sexos e, com isto, rejeita o feminismo, ou se despede do cristianismo.”³⁴ Mas uma e outra forma do feminismo teológico, no fundo, é levada a confundir Deus com a criatura, o que não faz maravilhar-se quando se considera o ponto de partida: acabando com a clara distinção do valor simbólico de homem e mulher, acaba-se com a clara distinção entre as realidades às quais se referem esses símbolos: Deus e a criatura (humana), a relação de Deus à criatura e a relação da criatura a Deus; ou, invertendo completamente a estrutura, isto é, a polaridade simbólica, inverte-se a posição das realidades simbolizadas: a criatura (humana) no lugar de Deus. Uma consequência disto é que não há mais lugar para a adoração humilde e reverente do Deus pessoal transcendente, todo-poderoso, ao qual a pessoa humana se submete como “serva humilde”, a exemplo de Maria: “Eis aqui a serva do Senhor, seja-me feito segundo a tua palavra” (Lc 1,38).

É sintomático que também o feminismo teológico “mitigado”, que realmente quer ser “cristão”, nega, em grande parte, verdades fundamentais da fé cristã em Deus (Criador, criando o mundo “do nada”; distinção real entre Deus e o mundo; imutabilidade, onipotência, senhorio sobre todo o universo criado). As teólogas feministas gostam de designações impessoais para Deus, como, p. ex., “fonte do ser”, a “profundeza” do ser, etc. Quando se acentua tanto a imanência divina, a ponto de a transcendência

³³ Cf., também quanto ao que segue, M. HAUKE, *Gott oder Göttin?*, 33-40; 117-128.

³⁴ M. HAUKE, *Gott oder Göttin?*, 171.

de Deus não ser mais levada a sério ou até ser negada, também a personalidade de Deus é posta em questão.

De fato, se Deus fosse apenas a “profundeza” ou o “fundo” do mundo, poder-se-ia com razão exigir uma “democratização da imagem de Deus”.³⁵ Neste caso, dever-se-ia aplicar a Deus, na mesma medida e do mesmo modo, o masculino e o feminino. Isto, na verdade, aconteceu em religiões antigas do Oriente, como também em religiões pagãs no tempo da Igreja primitiva. Os estóicos, que não reconheceram a distinção real entre Deus e o mundo, podiam, com toda a naturalidade, falar de “Deus” como “pai e mãe ao mesmo tempo”.³⁶ O mesmo se pode dizer do gnosticismo, que, não por acaso, é bem visto pela teologia feminista. Ainda hoje em dia, o hinduísmo não tem nenhum problema em falar de Deus como “pai” e “mãe”.

É verdade, portanto, que nas diversas religiões tem-se prestado culto também a divindades femininas e, inclusive, em muitos cultos religiosos tem havido também sacerdotisas. Mas, estas religiões distinguem-se radicalmente do cristianismo.

O fato de a revelação judeu-cristã chamar Deus de “Pai” e não de “Mãe” não é, por isso, o resultado ou reflexo do ambiente cultural do povo eleito do Antigo Testamento e da Igreja primitiva. Antes, pode-se ver nisto uma *resistência* à influência da cultura religiosa daquele tempo; é uma *superação* daquelas culturas religiosas que conceberam a Deus segundo a imagem do ser humano, que é homem e mulher. Segundo a Revelação do verdadeiro Deus, que age e Se manifesta em obras e palavras na história humana, e que é o Criador de tudo, o homem (varão e mulher) foi criado *segundo a imagem e semelhança de Deus*. Isto é o que distingue o ser humano de todos os outros seres da terra, enquanto a diferenciação sexual não o distingue deles; esta existe também entre os animais. Mas esta diferença entre varão e mulher pode servir de base para Deus revelar algo de Si, que, no entanto, *ultrapassa infinitamente* esta diferenciação do sexo.

Deus revelou-Se tão grande e tão diferente das criaturas humanas e infra-humanas, isto é, *tão transcendente* que Ele não pode ser concebido como *inserido no processo vital* do mundo. Ora, a diferença entre o

³⁵ Exigência feita por Dorothee Sölle, cf. M. HAUKE, *Gott oder Göttin?*, 130.

³⁶ Cf. S. AGOSTINHO, *De civitate Dei*, 7,9 (CChr SL 47, 194).

homem e a mulher é que o homem não está tão intimamente inserido no vir-a-ser e na evolução da vida criatural como a mulher. A mulher está em tão íntima união com a nova vida humana, uma união no nível da *natureza*, que ela chega a formar, de alguma maneira, um *único organismo* com a nova vida humana, “fruto do seu ventre”.³⁷

A condição particular do homem, em contraposição à condição própria da mulher, pode servir de base para Deus expressar a Sua relação às criaturas: Deus Se diz “Pai” e não “Mãe”. Pois a condição própria do homem é de não estar tanto inserido no próprio processo vital, mas de a sua ação ser necessária para que a mulher possa gerar nova vida. O Deus transcendente, o Deus que não Se confunde com a natureza, que não é a “alma do universo”, a “força escondida nas profundezas do universo”, o Deus que não Se confunde, de maneira alguma, com as forças da natureza (com a própria sexualidade), este Deus chamou a Si mesmo de “Pai”. É significativo que as religiões que descuidam ou negam a clara distinção entre Deus e o mundo (panteísmo ou panenteísmo³⁸) divinizam, de um ou outro modo, o mundo (a natureza) e concebem a idéia de divindades femininas.

O Deus que transcende infinitamente toda a natureza criada, no entanto, também Se faz *presente* às Suas criaturas, de uma maneira *muito íntima*, conforme à grandeza do Seu *amor*, pois o amor é a força unitiva. Mas esta imanência divina, esta “proximidade”, esta Sua união íntima conosco, Suas criaturas e filhos no Filho Unigênito, *pressupõe* a Sua *transcendência*; somente se Ele é o Deus transcendente, infinito, todopoderoso, criador, Ele pode realizar uma união conosco que ultrapasse toda união natural.³⁹ Por isso, o Deus que tão intimamente Se une às Suas pequeninas criaturas, fazendo-as participar, como filhos muito amados, da

³⁷ Na verdade, o embrião já é um *novo* ser humano, *distinto* da mãe, embora absolutamente dependente dela e formando com ela essa união muito íntima. Por isso, os defensores do aborto não têm razão alguma em afirmar que o embrião seja apenas uma parte do corpo da mulher.

³⁸ Panenteísmo designa a concepção de Deus segundo a qual Ele não Se distingue realmente e com clareza do universo criado (panteísmo: Deus identifica-Se com o mundo criado), mas, de alguma maneira, também o transcende.

³⁹ Neste sentido, é significativa a explicação da graça por parte da feminista “católica” Rosemary RUETHER: “A transcendência da graça ... não se encontra além da nossa natureza humana, que nos foi dada no nascimento. Ela encontra-se, antes, fora da consciência cultural e do sistema de injusta dominação, que nos marcaram” (trata-se do Ritual da

Sua própria vida e felicidade, que é mistério de comunhão, este Deus é o Deus transcendente, o *Pai*. Mas para nos fazer entender a profundidade do Seu amor, Ele pode também comparar este Seu profundo amor unitivo com o amor de uma *mãe*: um amor paternal que é tão grande que é maternal. Por conseguinte, não é contra a norma do Evangelho se alguém disser, p. ex.: “Deus é um verdadeiro Pai, um Pai muito bom, tão bom, tão amoroso que Ele é também Mãe.”⁴⁰ Pois neste caso a pessoa refere-se à força e ternura do amor de uma mãe como manifestação da força e ternura do amor de Deus. Em outras palavras, está dizendo que Deus, no Seu *amor* para conosco, é também como uma mãe.⁴¹

Porém, o fato de o amor especial, muito íntimo, forte e fiel de uma mãe ser, de um modo particularmente expressivo, manifestação do amor de Deus Pai para conosco não significa que estaria certo quem trocasse o “Pai nosso” com “Mãe nossa”. Por conseguinte, o cristão fiel à Revelação de Deus em Seu Filho Jesus Cristo não somente tem toda razão, mas até o dever de continuar a falar de “Deus Pai” e não, de “Deusa Mãe”, e dirigir-se na oração a Ele, chamando-O de “Pai”, “Papai”, “Abbá”, com a certeza de que este Pai divino o ama com um amor do qual o amor fortíssimo e fidelíssimo de uma mãe é apenas um pálido, embora impressionante, reflexo.

Concluindo, podemos dizer que, por Jesus Cristo, temos um “PAI do Céu”, que é Deus, e temos também uma “Mãe do Céu”, que não é Deus, mas uma criatura: Maria, a Mãe de Deus Filho e nossa Mãe.

Natanael Thanner ORC

Women-Church; tradução alemã: RUETHER, *Unsere Wunden heilen, unsere Befreiung feiern: Rituale in der Frauenkirche*, Stuttgart 1988, 146).

⁴⁰ Foi o que fez o Papa João Paulo I, numa alocução do “Angelus”. Partindo do conhecido texto de Is 49,14s, disse que somos objetos, da parte de Deus, de um amor que não pode diminuir ou desfalecer. Deus sempre nos olha com este amor. Daí, Ele “é papai; mais ainda, é mãe.” Eis o texto no original italiano: “Anche noi ... siamo oggetti da parte de Dio di un amore intramontabile. Sappiamo: há sempre gli occhi aperti su di noi, anche quando sembra ci sia notte. E papà; più ancora é madre” (*L’Osservatore Romano*, 11./12.09.1978, p. 1).

⁴¹ Portanto, é só neste sentido que se pode falar de “um Deus que é pai e mãe ao mesmo tempo” (*O ano dedicado a Deus Pai. Critérios e reflexões pastorais elaboradas pelo Conselho episcopal Latino-Americano*, em: *L’Osservatore Romano* (port.), 29.08.1998, p. 5).